

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA****SESSÃO plenária – pleno****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA****Nº 18/2021/TCMPA, de 25 de agosto de 2021.**

**EMENTA: INSTITUI E REGULAMENTA O “BOLETIM DE CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ”, DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do **art. 2º, incisos II e VI, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 c/c artigos 147, §1º, 148 e 210, §1º, do Regimento Interno do TCM PA (Ato nº 23)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** a necessidade permanente de aperfeiçoamento dos procedimentos de comunicação entre o TCM PA e seus jurisdicionados, para além da sociedade civil, preconizados pela função pedagógica exercida, em consonância com as disposições vinculadas ao acesso à informação, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI);

**CONSIDERANDO** nesta linha de ação, que é esperado do TCM PA o acesso de suas decisões, normas e outras matérias, de modo simplificado e com linguagem de fácil compreensão e de forma acessível e ágil, aos seus destinatários finais, sejam eles jurisdicionados ou a sociedade civil, assim considerada a universalidade dos municípios do Estado do Pará;

**CONSIDERANDO** a permanente busca deste TCM PA, na adoção de boas práticas de gestão, que fortaleçam a disseminação da informação e do conhecimento, permeada pelas posições e orientações fixadas nesta Corte de Contas, de forma a auxiliar a orientação e capacitação de gestores e servidores públicos espalhados pelos 144 (centro e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará.

**CONSIDERANDO** a necessidade de cumprimento do plano estratégico do TCM PA, para o biênio 2021-2022, o qual se faz pautar na oitiva das demandas encaminhadas por jurisdicionados e pela sociedade civil, bem como balizada nos instrumentos de fortalecimento do controle externo, preconizados pelo MMD-QATC da ATRICON/IRB.

**CONSIDERANDO**, por fim, proposta de regulamentação apresentada em Plenário, na Sessão Ordinária de 25/08/2021, pela Conselheira-Presidente MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ, a partir do projeto elaborado pela Diretoria Jurídica, Secretaria Geral, Assessoria de Comunicação e Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”, aprovada por unanimidade de votos, devidamente registrados em Ata;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o **Boletim de Contas Públicas Municipais do Estado do Pará - BCPM/TCMPA**, como ferramenta de divulgação interna e externa das normas, jurisprudências, teses, súmulas, consultas e outros atos deliberativos e de comunicação, produzidos no âmbito deste Tribunal, vocacionados ao fortalecimento do acesso à informação e ao conhecimento, acerca do exercício das competências e ações desenvolvidas, no exercício do controle externo dos municípios paraenses.

**Parágrafo único.** Mediante prévia deliberação da Presidência do TCM PA, em conjunto com a Direção Geral da Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha” (ECPCIR), serão passíveis, ainda, de publicação no BCPM/TCMPA, artigos técnicos, vinculados às atividades finalísticas desta Corte de Contas, elaborados por Conselheiros(as), Conselheiros(as)-Substitutos(as), Procuradores(as) do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, servidores(as) deste Tribunal de Contas e outros servidores públicos vinculados à entes que atuem no controle externo, conforme regulamentação a ser fixada em ato próprio.

**Art. 2º.** O BCPM/TCMPA terá periodicidade máxima de 06 (seis) meses, a contar da primeira publicação, com divulgação exclusiva em meio digital, no site do TCM PA, não substituindo, conforme o caso, a publicação oficial e os efeitos legais das decisões prolatadas no âmbito do Tribunal Pleno e da Câmara Especial de Julgamento, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM PA.



§ 1º. O BCPM/TCMPA contemplará informações sintéticas das decisões e/ou normativas editadas pelos órgãos Colegiados do Tribunal, selecionadas a partir da relevância temática e de aplicação pelos entes jurisdicionados.

§ 2º. As informações sintetizadas, previstas no §1º, deste artigo, revestir-se-ão sob a forma de enunciados, os quais retrarão, obrigatoriamente, o entendimento das deliberações dos quais foram extraídos, com a utilização de linguagem objetiva e de simples compreensão, considerando o alcance da sociedade civil, para além dos jurisdicionados do TCMPA.

§ 3º. Os enunciados previstos no §2º deste artigo não serão considerados como resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal e, tampouco, representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente do TCMPA sobre a matéria, dado que seu objetivo é o de facilitar o acompanhamento das deliberações fixadas.

§ 4º. Todas as deliberações referenciadas e colecionadas, pelo BCPM/TCMPA serão instruídas com link de acesso e consulta, direcionando-se o leitor ao inteiro teor de seu conteúdo, conforme disponibilizado no site do Tribunal e/ou Diário Oficial Eletrônico, conforme o caso.

§ 5º. Somente poderão compor o BCPM/TCMPA as deliberações que, observada a forma regimental estabelecida, tenham recebido a competente publicação junto ao DOE/TCMPA.

**Art. 3º.** Fica instituída, a **Comissão Permanente de Jurisprudência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará** (CPJ/TCMPA), a qual se destina à elaboração e à edição semestral do BCPM/TCMPA, a partir da seleção dos temas de maior relevância temática e repercussão assentadas, no âmbito do Tribunal Pleno e da Câmara Especial de Julgamento.

§ 1º. A CPJ/TCMPA contará, com a seguinte composição mínima, sem prejuízo da convocação de outros servidores para atuarem em conjugação de esforços ao seu pleno funcionamento:

- I – Diretor(a) Jurídico(a) do TCMPA;
- II – Secretário(a) Geral do TCMPA;
- III – Diretor(a) da Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”;
- IV – Assessor(a) de Comunicação do TCMPA.

§ 2º. O(A) Diretor(a) Jurídico(a) presidirá a Comissão, objetivando a coordenação e o balizamento técnico-

jurídico na elaboração do BCPM/TCMPA, competindo-lhe, ainda, com o auxílio da ECPCIR, fomentar a participação dos demais servidores e departamentos deste Tribunal, na proposição de temas, processos e decisões, com pertinência à divulgação, junto ao citado Boletim, destacadamente:

- I – Gabinetes dos Conselheiros(as);
- II – Gabinetes dos Conselheiros(as)-Substitutos(as);
- III – Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- IV – Controladorias de Controle Externo;
- V – Núcleo de Atos de Pessoal;
- VI – DIPLAMFCE.

§ 3º. No desempenho das atribuições previstas neste artigo, competirá, ainda, à CPJ/TCMPA a elaboração dos enunciados previstos no art. 2º, §§1º e 2º, desta Resolução Administrativa.

**Art. 4º.** São etapas que antecedem a publicação do BCPM/TCMPA:

- I – No prazo de até 60 (sessenta) dias que antecedem a publicação, a realização de levantamentos pela CPJ/TCMPA, na forma do *caput* e §2º, do art. 3º;
- II – No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias que antecedem a publicação, a elaboração dos enunciados, na forma dos §§1º e 2º, do art. 2º c/c §3º, do art. 3º.
- III – No prazo de até 30 (trinta) dias que antecedem a publicação, a submissão das deliberações e enunciados, aos Conselheiros(as) e Conselheiros(as)-Substitutos(as), para ciência e avaliação prévia, por intermédio de Memorando da CPJ/TCMPA.
- IV – No prazo de até 15 (quinze) dias que antecedem a publicação, a realização dos serviços de editoração e inserção de hiperlinks, sob encargo conjunto da ASCOM e Secretaria Geral.
- V – Na última Sessão do Tribunal Pleno, que antecede à publicação, a comunicação, em matéria administrativa, sob encargo da Presidência do TCMPA, informando da data de disponibilização digital, do BCPM/TCMPA.

§ 1º. No prazo e providências estabelecidas no inciso III, deste artigo, será facultado aos Conselheiros(as) e Conselheiros(as)-Substitutos(as), submeterem à CPJ/TCMPA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da minuta do BCPM/TCMPA, manifestações e proposições corretivas, supressivas e aditivas, ao material encaminhado.



§ 2º. Não havendo aderência pela CPJ/TCMPA às manifestações e proposições encaminhadas na forma do §1º deste artigo, a matéria será submetida, de maneira conjunta, à Presidência e ao Diretor Geral da ECPCIR, para deliberação.

§ 3º. Sem prejuízo do disposto no §2º deste artigo, compete à Comissão Permanente de Jurisprudência, de maneira preliminar, adotar todas as providências necessárias à resolução das eventuais controvérsias existentes, junto ao(s) respectivo(s) demandantes, prestando-lhe(s) todos os esclarecimentos e informações que julgarem necessários.

Art. 5º. Compete à ASCOM adotar todas as providências necessárias à ampla divulgação do BCPM/TCMPA, junto aos servidores do Tribunal, jurisdicionados e sociedade civil, assegurando-se a máxima efetividade das finalidades a que se destina.

Art. 6º. Fica estabelecido e, assim, cientificado aos setores envolvidos, o prazo limite de até 10/12/2021, para a publicação da primeira edição do BCPM/TCMPA.

Art. 7º. Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Presidência do Tribunal.

Art. 8º. A relação nominal dos membros da CPJ/TCMPA, observado o disposto no §1º, do art. 3º, será publicada, por intermédio de Portaria da Presidência, junto ao DOE/TCMPA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Resolução Administrativa.

**Parágrafo único.** Em virtude de necessidade de serviço, devidamente justificada, poderá ocorrer a substituição de Membros, junto à Portaria prevista no *caput* deste artigo, observado, em todo o caso, a precedência de integrantes vinculados aos mesmos serviços auxiliares dos titulares, devidamente enumerados nos incisos I a IV, do §1º, do art. 3º, desta Resolução Administrativa.

Art. 9º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 25 de agosto de 2021.**



## ~~DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP~~

### ~~PAUTA DE JULGAMENTO~~

#### ~~SESSÃO PLENÁRIA – PLENO~~

~~O Secretário-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na Sessão Plenária Ordinária Virtual a ser realizada no dia 01/09/2021, às 9 horas, os seguintes processos:~~

#### ~~01) Processo nº 201907980-00~~

~~Responsável: Sr(a). Maria Jacy Tabosa Barros - ex-Prefeita e Sr(a). Vivaldo Mendes da Conceição - Prefeito  
Origem: Prefeitura Municipal / Anajás  
Assunto: Medida Cautelar ou Homologação Adotadas Singularmente - Revogação de Decisão Cautelar  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda~~

#### ~~02) Processo nº 202103410-00~~

~~Responsável: Sr(a). Paulo Vitor Mileo Guerra Carvalho - Prefeito  
Origem: Prefeitura Municipal / Faro  
Assunto: Medida Cautelar ou Homologação Adotadas Singularmente - Medida Cautelar  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães~~

#### ~~03) Processo nº 202102170-00~~

~~Responsável: Bidden Comercial Ltda.  
Interessado(a): Município de Alenquer  
Origem: Prefeitura Municipal / Alenquer  
Assunto: Denúncias e Representações Externas - Juízo de Admissibilidade  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda  
Advogado/Contador: Sr(a). Tiago Sandi - OAB/PA nº 35.917 e Sr(a). Bruna Oliveira - OAB/PA 42.633~~

#### ~~04) Processo nº 201904438-00~~

~~Responsável: Sr(a). Thiago Rafael da Cruz Peixoto - Analista de Controle Externo TCM/PA~~

